

ANTÓNIO BARROSO, BISPO DE MELIAPOR (1897-1899):
CONSTRUTOR DA UNIDADE

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO *

Em férias, justificadas pelo trabalho desenvolvido em Moçambique, a experimentada capacidade de D. António Barroso não ficava sem exercício. O complicado ‘Caso Nagory’ exigiu a sua intervenção. A diocese de Meliapor, criada pelo Papa Paulo V em Janeiro de 1606, a partir da diocese de Cochim, tinha sido objecto de uma Concordata datada de 23 de Junho de 1886, entregando uma secção à *Propaganda Fide* e conservando outra no regime do Padroado. Esta situação sucedia a longos anos de governo confiado a Vigários gerais. Desde o agostiniano português Joaquim de Meneses e Ataíde (1765-1832), eleito bispo em 1804 e confirmado em 1805, que regressa a Portugal em 1811, até à chegada de Henrique Reed da Silva (1886-1897), só a breve passagem (1826-1828) do bispo franciscano Estêvão de Jesus Maria significava real interesse do Padroado por estas terras de evangelização. Foi este abandono motivo para a Concordata de 21 de Fevereiro de 1857, que não deixava contudo de suscitar questões e justificava contínuos acordos, como se vê.¹ A sucessiva conquista de terreno por parte dos missionários enviados pela Congregação Romana ia requerendo novo enquadramento jurídico.

O Bispo de Meliapor, D. Henrique Joseph Reed da Silva, durante cerca de nove anos de episcopado fundou dois jornais, abriu o seminário diocesano, manteve em Calcutá dois liceus, um com internato para meninas e outro que preparava para aceder à universidade, fundou orfanolégios e asilos para idosos, criou um laboratório farmacêutico para oferecer remédios aos pobres e mandou edificar a bela catedral neo-gótica, pela demolição da anterior em 1892. Foi esta construção que o impe-

* Professor associado da Faculdade de Teologia – Porto.

¹ Cf. a colecção documental que pretende provar a necessidade da Propaganda retirar territórios ao Padroado: *A JURISDIÇÃO diocesana do Bispado de S. Thomé de Meliapor nas possessões inglezas e francezas. Averiguação de sucessos antigos por occasião de outros modernos na Igreja de Rosyapuram de Madrasta*. Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1867.

liu para um negócio pouco transparente. Emprazou a um determinado Rajah cerca de setenta quilómetros quadrados por uma quantia irrisória, criando escândalo entre o bispo e a mulher do Rajah. A situação era insustentável para a Santa Sé, no parecer do Delegado Apostólico, e o Governo considerava-se gravemente lesado no seu Padroado. O bispo deveria ser aconselhado a renunciar.

O Núncio Apostólico em Lisboa aproveita então os officios de D. António Barroso, como bom diplomata e com a vantagem de ter sido condiscípulo do visado bispo, D. Henrique Silva. Em carta de 26 de Maio de 1897, escreve do Colégio das Missões de Cernache, dando conta da missão que o Núncio lhe atribuiu. O Bispo de Meliapor prometeu «*pensar no assunto com madureza, para dar, sem demora, uma resposta definitiva, como é mister*». Adianta que lhe parece vir a aceitar a renúncia, pedindo apenas a garantia de uma pensão. Barroso informa que o Bispo de Meliapor ficou no Porto, em casa do Conde de Samodães, mas em poucos dias o assunto ficará certamente resolvido.² Não seria tão rápido. A 15 de Junho escreve, agora do Gerês, ao Núncio Apostólico, depois de crismar no Porto e falar em Braga. Só a 20 de Julho o Bispo de Meliapor apresentava a renúncia ao rei, exigindo a garantia de uma pensão de 4.500 rupias. António Barroso trabalhou com delicadeza e sensibilidade na resolução deste difícil caso. Tendo no Ministro Barros Gomes um amigo, conseguiu obter para o bispo Reed da Silva o título de bispo de Trianopolis.

A Santa Sé, através do cardeal Rampolla, pressionava o Núncio para finalizar o processo de Meliapor. Os telegramas vão e vêm até ao decreto de nomeação de D. António Barroso, com data de 6 de Agosto de 1897.³

A necessidade de prover com celeridade a diocese de S. Tomé de Meliapor, dadas as complicadas questões, quer a anteriormente referida quer a de jurisdição na polémica entre *Propaganda Fide* e Padroado português, exigia não só destreza, mas a opção por alguém com experiência corajosa e firme, aliada a invulgar discernimento. O bispo de Himéria tinha perfil adequado para tal missão.

Assim considerava o Núncio Apostólico em Lisboa, Mons. André Aiuti, em carta para o Secretário de Estado, a 6 de Julho de 1897: «*(É)de instrução e de ciências mais que suficiente; e de um carácter doce e manso; por fim, muito amigo das Ordens Religiosas e particularmente dos Padres da Companhia (...) Nomeado Prelado de Moçambique, continuou a trabalhar no ministério com zelo apostólico sempre crescente, melhorando as missões existentes, criando outras novas (...) Ele é devotíssimo à Santa Sé e é amado e estimado geralmente nas Missões e aqui em Portugal; goza de fama de bispo digníssimo, de grande orador e de missionário zeloso e incansável*». ⁴

Não admira, por isso, a notícia: António Barroso, por decreto de 6 de Agosto

² ASV, NAL, Rubrica 250. Citado por *Boletim de D. António Barroso*. 20 (1994) 1-2.

³ Cf. texto dos telegramas em *Ibid.*, 2-3.

de 1897, foi nomeado bispo de S. Tomé de Meliapor. Seria ratificado no consistório de 15 de Setembro de 1897. Acabava a experiência missionária por onde pensava iniciar, quando se dedicou ao estudo do Concílio. Partiu de Lisboa nos primeiros dias de Fevereiro de 1898 para Roma, a caminho da nova diocese. Aí demorou-se até fins de Maio, para acertar com o Papa Leão XIII os difíceis problemas do Padroado. Em carta de Roma para o Núncio em Lisboa, datada de 18 de Março de 1898, afirma que o Papa o tratou com muito carinho e que esteve duas ou três vezes com o Cardeal Rampolla e já conferenciou com o Cardeal Prefeito da *Propaganda Fide*.⁵

A demora em Roma, enquanto esperava pelo paquete para largar do porto de Génova, permitiu a D. António Barroso presidir à Comissão que criou o Pontifício Colégio Português. As relações de amizade com os beneméritos portugueses, Viscondes da Pesqueira, envolveram o Servo de Deus na fundação do Colégio que se ultimava nesses dias. D. António Barroso falaria ao papa Leão XIII na iniciativa. Assim deixaria mais esse contributo para o crescimento cultural do clero português.⁶ O interesse pelo Colégio haveria de prosseguir na Índia e depois do regresso, como Bispo do Porto.⁷

Deslocou-se também a Turim, a pedido do seu sucessor em Moçambique, para presenciar um acordo com os Salesianos, garantia da sua participação numa missão africana, para dirigirem a Escola de Artes e Ofícios.⁸ O Superior da Comunidade, P. Miguel Rua, ofereceu a D. António Barroso uma caixa de rapé, que tinha sido objecto pessoal de S. João Bosco.⁹ O papa Leão XIII ofereceu um cálice de prata ao Bispo, que o doaria à sua catedral de Meliapor.¹⁰

As relações entre a *Propaganda Fide* e o Estado Português estavam tensas. Com as instruções papais, em curto prazo, António Barroso resolveu os conflitos graves e deu solução aos problemas de jurisdição levantados por Mons. Zaleschi, Delegado apostólico, defensor dos interesses da Congregação da *Propaganda*. Já a 7 de Março de 1898, o Delegado escreve ao Núncio de Lisboa, manifestando a sua alegria pela vinda de Barroso, porque em Meliapor deve reinar uma «notável anarquia sob o regime do Padre Nunes que de sacerdote católico tem apenas o nome.»¹¹ Este Padre Joaquim Nunes era o Vigário Geral. Outros nomes mencionados pelo Delegado são os dos

⁴ ASV, S. Cong. AA.EE.SS., Pos. 447, fasc. 300, f. 51; Proc. XV, 3329-3330.

⁵ Cf. *Boletim de D. António Barroso*. 21 (1994) 1.

⁶ Cf. para mais informações o livro *O PONTIFÍCIO Colégio Português*. Roma 1984.

⁷ Ver vária correspondência transcrita em *Boletim de D. António Barroso*. 81(2000) 2-4.

⁸ Os salesianos, porém, só chegariam a Moçambique a 26 de Fevereiro de 1906.

⁹ Cf. BARROSO, A. – Carta ao Núncio Apostólico em Lisboa, 14-4-1898, citada por GOMES – *Súmula*, p. 21. Publicada em *Boletim de D. António Barroso*. 104 (2002) 1-2. A caixa ainda existe e está guardada.

¹⁰ Ofício ao Prior da Catedral de 17-12-1898 (ARQUIVO EPISCOPAL do PORTO,

padres Norberto e Dias. Eram incriminados por realizarem procissões em territórios que o Bispo de Trichinopoly entendia como da sua jurisdição, ou seja da *Propaganda Fide*. O Delegado quer influenciar o novo bispo antes de ele falar com os bispos de Goa. O Delegado apela aos seus Decretos de 8 de Abril de 1896 e 14 de Março de 1897, com normas que vê desrespeitadas por alguns padres do Padroado. Informa o Cardeal Rampolla, em carta de 25 de Setembro de 1897, que para romper a desconfiança que os bispos têm em relação a qualquer bispo do Padroado, e portanto também em relação a António Barroso, seria bom que este enviasse cartas de cortesia aos bispos de Madrasta, Pondicherry e Trichinopoly para mudar o clima criado anteriormente. O descuido de Portugal para com os territórios da sua jurisdição justificava a intromissão da Santa Sé em ordem ao bem da evangelização que não se podia fixar em velhos privilégios, aos quais Portugal demonstrava, com factos, incapacidade para dar resposta. As pequenas questões que levantam os ânimos no Oriente só podem entender-se com as enraizadas e crónicas mentalidades que alimentam duas atitudes, aparentemente solidificadas nas suas lógicas.

Barroso embarcou em Brindisi, no vapor Peninsular da Companhia de navegação oriental. Entretanto, verificou que os missionários e seminaristas tinham bilhete para Colombo, onde parava o navio na viagem para a Austrália, e não para Madrasta, a que se destinavam. Resolveu contactar com o consulado de Portugal na cidade, a 29 de Maio, e narra esta aventura com ironia: «*Grande foi o meu trabalho para conseguir saber onde residia esta entidade. O vice-cônsul estava em Inglaterra, a pessoa que este deixou encarregada do expediente, estava para as montanhas do interior da ilha e um terceiro, a quem o segundo tinha encarregado, não estava para se incomodar porque era domingo*». ¹² Como Barroso não tinha dinheiro para as onze pessoas nem para o transporte para Madrasta, nem para permanecer dois dias em Colombo, foi pedir hospedagem à missão de Colombo. Aí foram recebidos durante três dias, enquanto pedia dinheiro para o transporte. Partiram de vapor para Tuticorim e daí a Meliapor gastaram 30 horas de caminho de ferro. Da despesa enviou nota ao Ministro da Marinha, lamentando o vice-consulado de Colombo.

Chegou a Meliapor a 2 de Junho de 1898. Os primeiros testemunhos demonstram preocupação de D. António por encontrar colaboradores, operários para a messe. Logo a 15 de Junho mandou ofício ao Ministro da Marinha a pedir para nomear dois missionários: P. Francisco Xavier da Silva e Ludovico da Caridade Ferrão, e na mesma data pede ao Patriarca de Goa cinco padres para a diocese. ¹³ Ao Superior da missão de Bengala confessa o desejo de «*ser ultimado quanto antes o desagradável negocio do arrendamento perpétuo d'algumas propriedades da missão. Se eu pudesse partir te-lo-ia feito imediatamente, visto que nada tenho mais a peito do que resolver o mais depressa possível tão grande negocio; infelizmente estou doente e antes de seguir*

L^o 157, fl.65.

¹¹ Carta datada de Kandy e transcrita em *Boletim de D. António Barroso*. 20 (1994)

para ahi, tenho de ir a Goa e a Ceylão». ¹⁴ Acena com uma condecoração para o Rajá se este resolver desfazer o contrato com o bispo anterior. Prefere uma solução sem recurso a tribunais. Se o Superior da missão portuguesa em Bengala vir alguma luz para resolver a situação, Barroso diz-se pronto a partir “custe o que custar”. ¹⁵ Está disposto a «*devolver aos arrendatários das propriedades da missão as quantias que pagaram*». ¹⁶ Noutro ofício ao mesmo Superior informa-o da situação financeira da diocese com o cofre “exhausto”. Como o rendimento de Bengala é o pulmão económico, pede ajuda imediata de pagamentos. ¹⁷ Em Agosto lançaria novo apelo para que deposite no Banco de Madrasta todo o dinheiro que tiver obtido «para resolver compromissos que dizem respeito à dignidade da diocese». Aconselha a Missão de Bengala a proceder à redução de despesas até ao máximo. ¹⁸

Desde o início, o bispo de Meliapor demonstra, nos ofícios que se conservam, a determinação do seu governo. Veja-se, por exemplo, o rigor paternal no ofício ao Vigário de Maduré, ¹⁹ a quem poucos dias depois admoesta: «*vim no conhecimento com tristeza, de que se V. Rev.ma não é o instigador d'alguns descontentes contra o novo Vigário, é pelo menos o motivo e o protesto por parte dos mesmos*». Ordena que sem perder tempo escreva aos amigos a exortá-los a obedecer ao Vigário. Se não obtiver resultados fica responsável e o Bispo ver-se-á obrigado a «*tomar providências mais energicas e efficazes*». ²⁰ *Idêntica energia e clareza revela António Barroso na repreensão ao Vigário de Tuticorim, por acusação apresentada pela Confraria de N. S. do Monte Carmelo. Assim manifesta o seu desgosto: «O dever d'estes [párocos] em toda a parte, mas sobretudo n'um país de missão, como a Índia, é fomentar por todos os meios ao seu alcance, e atravez de todos os sacrificios, as manifestações do culto e o fervor dos christãos que lhe estão confiados e nunca difficultá-las por meio de exigencias que de modo algum estão em harmonia com a espírito da Igreja, que dizem servir*». E confessa o desgosto por ver queixas em redor de interesses particulares: «*é sumamente penoso ver os padres envolvidos n'estes mesquinhas questões de dinheiro*». ²¹ Impressiona o Bispo o procedimento pouco evangélico de alguns missionários. Na visita a Bengala tomou conhecimento de algo grave e pede ao Vigário de Fanjon que indague da verdade uma vez que, afirma o Bispo: «*não acredito que 150 christãos estejam privados dos sacramentos durante seis annos, por uma questão de coqueiros, mas se assim fôr, pedirei rigorosas contas de taes anomalias*». ²²

Paradigmática da sua atitude pastoral é a carta ao Vigário de Raiporam, da qual

2.

¹² ARQUIVO EPISCOPAL do PORTO (AEP), Livro 157, f. 29v-30.

¹³ Cf. *Ibid.*, fl. 30v.

¹⁴ Carta de António Barroso ao Superior da Missão de Bengala. AEP, L^o 157, fl.

54.

¹⁵ *Ibid.*, fl. 54v.

¹⁶ Ofício de 25-7-98 ao Superior de Bengala. *Ibid.* fl. 57v.

¹⁷ Ofício de 19-6-98. *Ibid.*, fl. 56v.

não resistimos a transcrever uma parte substancial: «*folgo sinceramente ter occasião de louvar seu zelo e piedade, manifestado pelos pobres e pequenos. Também é esse o meu fraco e estimo saber que não sou só eu em campo. Se provas fossem precisas apresentaria documentos em que mostraria que, durante a minha vida de missionario nunca recebi um anno de emolumentos, e como Bispo acabei em Moçambique com todos os emolumentos parochiaes e em todas as missões creadas ou restauradas em meu tempo. Posto isto, em que ambos concordamos, direi que ignoro absolutamente se no tempo do meu V. Predecessor foi publicado documento que obrigasse os cathequistas a possuirem diploma de nomeação; se o houve lamento que se não cumprisse, se o não houve não devia cital-o. O decreto do meu tempo será cumprido independentemente da vontade dos cathequistas assim como todas as outras determinações que eu tomar ou estejam em vigor do tempo passado; e se V. Rev.ma não tivesse a seu favor a mulêta do correio que sumio o documento e o ser a primeira vez teria uma censura em forma por vir fora do tempo.*

É intenção minha reformar todos os serviços, incluindo o das parochias, que bem o necessitam; e se tivesse começado pela Câmara Eclesiastica talvez os cathequistas não tivessem a pagar as duas rupias; como não comecei pelos cathequistas conservei a lei que subsistia, e que pode não ser bôa, mas hade ser observada enquanto não derogada. Talvez os cathequistas não tivessem tanta repugnância em pagar se soubessem que a provisão de nomeação lhes pode dar pão na velhice, por uma modesta reforma.

Enquanto ao perigo resultante dos maus exemplos que venham da Secretaria e que ha de traduzir-se em entorsões impiedosas, segundo o seu parecer, sobre os pobres christãos, parece-me que é insignificante, porque esses abusos, se os houver, responde perante mim o Vigário que os commetta; e todos os que tem havido debaixo das minhas ordens sabem como costume castigar taes delictos. Como o catechista proposto por V. Rev.ma é pobre e tem já largos annos de serviço mande pagar por elle os emolumentos de Secretaria, mostrando assim que não gosto de sobrecarregar os pobres e humildes. Enquanto as pessoas que nada recebem da igreja nem da missão e prestam seus serviços é evidente que não devem ser nomeadas e só desejo saber os nomes d'ellas para lhes ser agradecido.

Parece-me que V. Ex.a ficará tranquillo e satisfeito com este officio por que d'elle se deduzem duas couzas, de certo muito gratas para V. Rev.ma, primeira que ambos queremos aliviar os pobres e infelizes, que actualmente o que manda se hade cumprir, d'outra sorte seria impossivel ordem e progresso.»²³

A declaração de amor aos pobres é inequívoca, como a exigência do respeito pelas leis diocesanas vigentes. D. António fixa os seus critérios para a mudança de pessoal missionário, como transparece no officio ao Superior de Calcutá.²⁴ Tece comentários aos orçamentos das missões, pede esclarecimentos e contenção das

¹⁸ Officio de 5-8-98. *Ibid.*, fl. 58.

¹⁹ Officio ao Vigário de Maduré de 16 7-98. *Ibid.*, fl. 55v-56.

despesas.²⁵ Ao Reitor do Seminário apresenta seis pontos para os quais requer informações sobre administração.²⁶ Também o Director do Orfanotrófio deve dar contas de estatísticas, despesas e admissão de pensionistas.²⁷ Apela, por diversas vezes, à harmonia e à caridade na questão de Trichinopoly.²⁸ Exige justificações a quem continua a organizar procissões contra o que está determinado.²⁹

Teve de se socorrer de toda a habilidade diplomática para tratar com o bispo de Trichinopoly (Triquinópole) a questão dos terrenos adjacentes às igrejas, nos quais queriam impedir manifestações de culto, arrogando-se o direito de jurisdição sobre as igrejas de Maduré.³⁰

Para resolver estas rivalidades teve de se deslocar por três vezes a Colombo, no Ceilão, onde se encontrava o Delegado apostólico, Mons. Ladislaus Michael Jaleski. Foi notável o esforço despendido pelo Servo de Deus para criar amizades e afastar a desconfiança. As directivas, tanto do Delegado Apostólico, como do Arcebispo de Goa, iam no sentido de estabelecer antes de mais um acordo com o bispo de Trichinopoly, uma vez que aí se colocavam as maiores quezílias. Posteriormente se veria da oportunidade de uma conferência mais vasta para os Bispos do Oriente.³¹ Em longa carta ao Delegado Apostólico (18-7-1898), escrita em inglês, manifesta o seu desejo de chegar a acordo com o bispo de Trichinopoly e pede intervenção.³²

Assim, Barroso dirigiu-se a 9 de Agosto a Trichinopoly, onde foi acolhido por três ou quatro dias pelo colega da cidade. Aí chegaram a uma redacção de acordo, em seis artigos, respeitadora da dignidade das duas jurisdições. Ao regressar a Meliapor informa o Delegado da sua alegria.³³ Em carta para o Nuncio em Lisboa, de 25 de Agosto de 1898, dá também conta dos bons resultados das suas iniciativas. O Delegado Apostólico considera o documento vago e pretende um acordo «presente, claro e positivo de tal natureza que elimine as dificuldades e esclareça tão ao vivo as relações mútuas para que já não haja lugar nem razões para ulterio-

²⁰ Ofício ao Vigário de Maduré de 22-7-98. *Ibid.*, fl. 57-57v.

²¹ Ofício ao Vigário de Tuticorim de 13-9-98. *Ibid.*, fl. 63.

²² Ofício ao Vigário de Fanjon de 8-11-98 *Ibid.*, fl. 63v.

²³ Ofício ao Vigário de Raiporam de 25-11-98 *Ibid.*, fl. 64-64v.

²⁴ Ofício de 16-7-98, *Ibid.*, 56-56v.

²⁵ Ofícios aos Vigários de Nagory (9-8-98: *Ibid.*, fl. 58v-59), de Horshnabad (9-8-98: *Ibid.*, fl. 59-59v), Calcutá (9-8-98: *Ibid.* fl. 60), Refúgio (23-8-98: *Ibid.* fl. 61v.-62)

²⁶ Ofício de 16-8-98. *Ibid.*, fl. 60v-61. Em Ofício de 27-12-98 ordena obras no Seminário. *Ibid.*, fl. 65.

²⁷ Ofício de 16-8-98. *Ibid.*, fl. 61-61v.

²⁸ Ofícios para o Vigário de Maduré (10-8-98. *Ibid.*, fl. 60v), aos vigários da Vara de Maduré e de Tuticorim (29-8-98. *Ibid.*, fl. 62), ao Vigário de Patukota, A. A. Fernandes (5-9-98. *Ibid.*, fl. 62)

²⁹ Ofício ao Vigário de Manapal de 24-11-98. *Ibid.*, fl. 65.

³⁰ Cf. BARROSO, A. – Carta ao Nuncio, datada de Madrastra, 22-12-98. Ver

res litígios». Vendo que as coisas não avançavam, enviou aos bispos um projecto de acordo, como base de deliberação. Esta intromissão do Delegado não adiantaria porque o acordo veio a ser firmado.

António Barroso, em carta ao Ministro da Marinha (7-11-98) manifesta a concordância com a opinião do Arcebispo de Goa. Importa pôr fim aos conflitos de jurisdição com a diocese de Trichinopoly e Madrastra. Prevê negociações delicadas e laboriosas, a não ser que a Santa Sé, através da *Propaganda Fide*, dê ordens para a execução do acordo. Dá notícia da amizade criada com o bispo de Trichinopoly e promete continuar, apesar das visitas pastorais lhe ocuparem muito tempo.³⁴

Nos finais de Novembro foi prostrado por febres,³⁵ que não impediram Barroso de avançar para o referido acordo.

Chegaram a uma concordata, assinada a 15 de Dezembro de 1898, em Trichinopoly, pelos bispos Barthe e Barroso.³⁶ Este corpo de dez artigos foi enviado para Roma e para Lisboa. A Santa Sé homologou-a, mas o Governo português teve dificuldades. O escolho maior estava nos Artigos VIII e IX, que coarctavam, de certa forma, a faculdade de os padres recorrerem ao poder civil sobre matéria que fosse da competência do Bispo. Contudo, o Governo terminou por acolher o texto da concordata e assim finalizou um ponto polémico entre as duas jurisdições.

Como afirma o historiador Miguel de Oliveira, António Barroso encontrou «para as questões em litígio uma solução que foi bem acolhida pela Santa Sé e pelo Governo português, e que ficará em vigor durante trinta anos!»³⁷

Quanto à outra questão em aberto, o ‘Caso Nagory’, a resolução vai ser mais complicada. A construção da catedral tinha aberto questões de financiamento por arrendamento, que muito desgostaram o antecessor, D. Henrique Reed da Silva³⁸, e que António Barroso teve de enfrentar.³⁹ Em carta ao Núncio, de 11 de Outubro de 1898, informava que estava convalescente de doença recente e dava conta do falhanço para uma abordagem amigável da questão das propriedades. O Rajah, guiado por conselheiros interessados, não quis ceder. Restava o tribunal. Seria o sucessor de Barroso, D. Teotónio Manuel Ribeiro Vieira de Castro, ordenado por

Boletim de D. António Barroso. 22 (1994) 6.

³¹ Ver correspondência destes intervenientes transcrita em *Boletim de D. António Barroso.* 22 (1994) 3-4.

³² ARQUIVO EPISCOPAL DO PORTO, L^o 157, fl. 30v-31v.

³³ Carta de 17 de Agosto In *Ibid.*, fl. 32.

³⁴ *Ibid.*, fl. 34v-35.

³⁵ Informação dada em officio ao Arcebispo de Goa (25-11-98), no qual informa da publicação solene das actas e decretos do 6^o Concílio Provincial de Goa, na catedral, com *Te Deum*, mas sem Pontifical devido à sua febre (AEP, L^o 157, fl. 35v.-36).

³⁶ Em carta ao Núncio, de 22 de Dezembro de 1898, manifestava a alegria pelo acordo e enviava cópia do texto conseguido (ASV. NAL, 350 (2), fl. 171; AEP, L^o 157, fl. 36v).

³⁷ OLIVEIRA, Miguel – António Barroso. In *OS GRANDES Portugueses*: obra

ele no Porto (14-8-1899) a resolver o assunto.

O bispo de Meliapor percorreu inteiramente a diocese deliberando atritos, construindo a almejada comunhão, não obstante a dificuldade de locomoção devida aos antigos caminhos. Na Índia, apenas em dois anos, realizou 14 visitas pastorais ⁴⁰ às igrejas do Maduré, percorreu o vale do Ganges e fez visita às missões de Calentá, expondo-se às neblinas do grande rio e agravando o impaludismo, já crónico, levado de África. Apesar das frequentes febres, percorria, por dois, três ou quatro dias, geralmente em carros de bois, por entre pântanos ou desertos de calor abrasador, o caminho entre as comunidades cristãs.

Também cuidou das missões de Bandel, Daccá e Nagory, onde reedificou o orfanotrófio de Madrasta, alargando a capacidade de internamento. Mandou construir edifícios para escolas em Nazapatam.

Deu atenção particular ao Seminário, tendo reorganizado os estudos. Não só reformou o curso preparatório como deu incremento aos estudos filosóficos, acrescentando um ano ao curso teológico. Incentivou o arroteamento das terras junto às igrejas, demonstrando a sensibilidade aos problemas agrícolas, criada na infância. As suas visitas pastorais são exaustivas nas vertentes que englobam. Nada lhe escapa e a todos os missionários estimula à criatividade de meios e à determinação da vontade.

Um repórter do *Comércio do Porto*, que assina A. C., acompanha o bispo por algum tempo e relata o que viveu em saborosas crónicas. Com data de 19 de Fevereiro de 1899, escreve este precioso testemunho do que experimentou no percurso comum. Está a dar a conhecer ao Porto o seu futuro bispo. Assim o classifica: «*de uma generosidade sem par [...] é pobre e sê-lo-á sempre: aumentando-lhe a renda, só lhe dão mais o trabalho e o mérito de bem a distribuir. [...] Bondoso por índole, tem essa bondade que nasceu inconsciente e irreflectida; ele tem-na evidenciado em todos os actos da sua vida e enaltecido em virtude, desde os sacrifícios e perigos máximos a que se tem exposto, até aos institutos de beneficência e de ensino que tem criado.*» O repórter não se limita às qualidades naturais. Sublinha também a dedicação: «*trabalhador incansável, nisso podemos dizer que não tem igual, como prelado e como administrador; quer no santuário, quer na secretaria, S. Ex.a Rev.ma, é de uma actividade incansável e fecunda.*» O jornalista testemunha como o expediente é resolvido, se possível no dia em que deu entrada. O andamento dos processos não é estorvado.

Os elogios ao bispo de Meliapor prosseguem neste escrito entusiasta: «é de uma magnanimidade de santo para levantar os que caem; mas, com os olhos postos no dever e nas responsabilidades do alto cargo que exerce, é severo com os que

monumental planeada e dirigida por Hernâni Cidade. Lisboa: Arcádia, 196-?, vol. 2, 465-471.

³⁸ Este Bispo Henrique Joseph Reed da Silva foi discípulo de D. António Barroso, mas gozou de especial protecção. Foi para Angola no mesmo barco, mas ficou

não se querem levantar». E mais adiante: «não sabe o que é o medo e o receio, senão pelo dicionário; não se importa de perder a vida». ⁴¹

O pouco tempo que Barroso permaneceu na Índia bastou para a afirmação comparativa de um seu sucessor, D. António Ferreira Gomes, pronunciada em 1954: «*Em toda a costa oriental do Indústão, desde Madrasta até Calcutá, pelo vale do Ganges, nas missões de Bandel, de Daccá e Nagory, na visita às cristandades do Maduré, nas suas diligências em Colombo, junto do Delegado Apostólico, ele foi bem o continuados dos que acenderam no Oriente a Luz do Evangelho e lançaram as sementes de uma nova civilização universalista, dum civilização que se situa, (...) para além do Oriente e do Ocidente*». ⁴²

Na Índia o Bispo de Meliapor sabe da nomeação para o Porto. O Ministro da Justiça envia officio a 4 de Fevereiro, da Direcção de Negócios Eclesiásticos, anexando cópia do decreto real com nomeação e apresentação para o Porto. ⁴³ Data de 7 de Fevereiro o officio do Governador Geral de Goa que o autoriza a regressar ao Reino quando conveniente. ⁴⁴ Escreve ao Núncio a 7 de Março de 1899. Chegou da visita pastoral à Costa da Pescaria e a Caramandu no dia 4, «um pouco fatigado de percorrer grandes distâncias em carros de bois, que não oferecem comodidades». Recebeu a carta do Núncio e as fórmulas do juramento que remete. Agradece a solicitude de Mons. Aiuti e afirma: «como méritos, tenho apenas a boa vontade de ser útil à Religião e é nisso que consiste toda a minha ambição. Aqui ou aí, estou bem se puder promover o seu aumento[...]» ⁴⁵ Conforme instruções recebidas a 8 de Fevereiro envia dois exemplares da profissão de fé que prestou perante o bispo de Madrasta. ⁴⁶ Também acusa a recepção do telegrama do Ministro da Marinha e informa que pode sair no fim de Abril ou princípio de Maio. Pede autorização para visitar Roma, «*onde tem a tratar negocios ecclesiasticos de interesse público*». ⁴⁷

Manifesta as razões da sua aceitação da nomeação para a diocese do Porto, em carta ao bispo de Trichinopoly, de 25 de Março: «*a minha saúde arruinada em África obriga-me a aceitar a diocese do Porto, que é muito importante em Portugal. Conservarei sempre uma excelente recordação das relações que nos uniram e não deixarei de pedir a Deus que vos conceda todo o successo e prosperidades e um grande*

em Luanda como Vigário Geral. Em 1884 é nomeado Prelado de Moçambique, mas nunca lá se deslocou. Foi apresentado coadjutor do Arcebispo de Goa em 14 de Março de 1887 e pouco depois transferido para Meliapor, onde arranjou problemas que Barroso teve de resolver.

³⁹ Cf. CUNHA – *Jornadas*, p. 86-87.

⁴⁰ Comunica ao Governador Geral da Índia em 17 de Setembro de 1898 que no dia seguinte vai para Calcutá para fazer a visita pastoral às Igrejas de Bengala. (AEP, L^o 157, fl. 34).

⁴¹ A. C. – Carta da Índia inglesa. *O Comércio do Porto*, 8 de Março de 1899. Citado por GOMES – *Súmula*, p. 36.

⁴² GOMES, António Ferreira – Testemunho-elogio fúnebre de D. António

crescimento de saúde e energia.»⁴⁸ Deseja, no entanto, terminar o “affaire” antes de embarcar.⁴⁹

Ainda nos meses de Março a Abril António Barroso vai orientar a diocese. A 14 de Março escreve ao Superior de Bengala, A. F. Pera, em resposta ao ofício de 25 de Fevereiro, no qual apresentava «*as lamentáveis condições em que se encontram os cristãos d'aquella infeliz missão*» e traça cinco instruções para enfrentarem as perseguições de que têm sido alvo, por inépcia e «*vergonhoso consentimento das autoridades inglezas*». Pede que aguardem as decisões dos tribunais e atendam aos casos mais graves de pobreza, não obstante as dificuldades da missão.⁵⁰ A 24 de Março escreve ao Vigário de Trichinipoly para o informar do pedido de uma representação em tAMIL, relativa a festas e procissões da Semana Santa por parte de cristãos de Maleiadiparty.⁵¹ Pede informações ao Vigário de Chingleput, a 28 de Março;⁵² aborda ainda o tema das propriedades numa carta, em inglês, ao P. Pio de Souza, subadministrador no Distrito de Dacca;⁵³ encarrega o Vigário de Assunção da paróquialidade da Igreja de Refúgio, a 4 de Abril;⁵⁴ na mesma data informa o Vigário de Aur que concede 20 rupias mensais à missão, dada a precaridade da situação;⁵⁵ a 12 de Abril apresenta o missionário do Padroado Manuel Domingues Correia como sucessor do Superior da missão de Bengala e pede que o prepare para a sucessão;⁵⁶ apela ao retiro espiritual os Vigários da Vara a 24 de Abril;⁵⁷ elogia o inventário de bens móveis e imóveis recebido do Prior de Bandel;⁵⁸ mesmo a 12 de Maio pede ao Vigário de Hasnabad que indague das condições de um possível terreno em Tutel para uma residência missionária e modesta igreja e orienta-o para celebrar lá em altar portátil, como passo em ordem à necessidade da residência.⁵⁹

Acaba os trabalhos do Congresso Eucarístico de Madrasta, onde reuniu outros bispos; faz as despedidas e dirige-se a Roma, onde é de novo recebido por Leão

Barroso (5-11-1954). *A Voz do Pastor*. 13-09-1954, p. 3-4. Proc. XVI, 3639-49.

⁴³ Cf. Ofício para o Ministro, datado de 9 de Março de 1899 (AEP, L^o 157, fl. 38).

⁴⁴ Cf. carta ao Governador geral de Goa de 5-3-1899, com acusação dessa permissão (AEP, L^o 157, fl. 37).

⁴⁵ BARROSO, António – Carta 7-3-1899. *Boletim de D. António Barroso*. 120 (2003) 1.

⁴⁶ AEP, L^o 157, fl. 37v.

⁴⁷ *Ibid.*, fl. 37v.

⁴⁸ *Ibid.*, fl. 38v.

⁴⁹ Várias cartas se conservam do mês de Abril e Maio: 8-4-99 (fl. 39v-40) 16-4-99 (fl. 40v-41), na qual envia projecto de delimitação de igrejas, em obediência ao articulado no anterior acordo; 21-4-99 (fl. 41v), onde comunica a festa da Invenção de Santa Cruz; 24-4-99 (fl. 41v), com nova redacção do projecto de delimitação de paróquias, atendendo aos desejos do bispo; 2-5-99 (fl. 42v-43), com acertos de pormenor do projecto, agradecendo todo o esforço para levar ao fim esta negociação.

⁵⁰ Cf. Ofício ao Superior da Missão de Bengala de 14 de Março de 1899. AEP, L^o 157, fl. 67.

XIII. Tem oportunidade para o informar do que ocorria pelas terras do Oriente.⁶⁰ O Papa aguardava as suas informações para receber o Vigário apostólico de Ceilão e por isso acolheu-o logo ao terceiro dia. A embaixada de Portugal junto da Santa Sé oferece ao Bispo Barroso um jantar, onde tem como convivas os antigos Núncios em Lisboa, os Cardeais Vanutelli e Jacobini. Saiu de Roma na manhã de 9 de Julho. Parou em Lourdes e a 15 já entrava em Portugal por Vilar Formoso. Chegou a Lisboa em meados de Julho de 1899.

Vai suceder-lhe em Meliapor Teotónio Vieira de Castro (Porto 1859 – Roma 1940), eleito em Consistório de 22 de Junho de 1899 e ordenado na Sé do Porto em 15 de Agosto, entrou a 23 de Dezembro, como sucessor de António Barroso. As muitas cartas pastorais que deixou revelam a continuidade da obra⁶¹. Fundou um Seminário para o clero nativo e promoveu dois congressos eucarísticos e um mariano. Mesmo depois de nomeado, em 1922, Superior do Colégio das Missões Ultramarinas Portuguesas, em Cucujães, é encarregado pelo Papa e pelo Governo Português de preparar novo Acordo ente a Santa Sé e Portugal, em relação a Meliapor. Assim termina toda uma complexa questão, exigente de construtores de unidade, com o sentido da história no horizonte e a força evangelizadora no coração.

⁵¹ Cf. *Ibid.*, fl. 67v.

⁵² Cf. *Ibid.*, fl. 68.

⁵³ Cf. *Ibid.*, fl. 68v.

⁵⁴ Cf. *Ibid.*, fl. 69.

⁵⁵ Cf. *Ibid.*

⁵⁶ Cf. *Ibid.*

⁵⁷ Cf. *Ibid.*, fl. 69v.

⁵⁸ Cf. *Ibid.*, fl. 70.

⁵⁹ Cf. *Ibid.*, fl. 71.

⁶⁰ O Papa nomeou-o “Prelado assistente ao Sólido Pontifício”. A comunicação é dada a 5 de Julho pelo cardeal Rampolla, conforme documento da Secretaria de Estado, que me cedeu o Vice-Postulador, Dr. Ferreira Gomes.

⁶¹ Cf. MISQUITA, Seráfico, B.D. – *Centenário do nascimento de Dom Teotónio*